

ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS NO BRASIL: UM PANORAMA DA LEGISLAÇÃO E DE PESQUISAS

Emanuelle Avelar Gomes¹; Joelma Gomes Luz²; Taisa Pinetti Passoni³.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo socializar os resultados obtidos por estudos desenvolvidos no âmbito da iniciação científica da Universidade do Estado da Bahia – Campus X, no período entre julho de 2012 e julho de 2013, no projeto intitulado “Política e Planejamento Linguísticos: o ensino de línguas estrangeiras modernas no Brasil”. O referido projeto visou abordar questões referentes ao papel que as línguas estrangeiras modernas (LEM) desempenham nos processos engendrados na/pela globalização, de modo a enfatizar aspectos relacionados ao ensino/aprendizagem destes idiomas, os quais, por excelência devem ser tratados no interior das licenciaturas em Letras. Tendo em vista que a inserção e/ou a exclusão de determinado idioma no currículo escolar configura-se como uma ação política, e como tal, dotada de aspectos ideológicos, o projeto de pesquisa buscou suscitar o debate acerca do que sejam política linguística e planejamento linguístico no que tange ao ensino de línguas LEM na escola de Educação Básica brasileira.

Metodologia

Inicialmente é importante ressaltar que para desenvolver este estudo, tomamos como base os estudos de Calvet (2007) sobre o conceito de Política e Planejamento Linguísticos, os quais indicam que a política linguística diz respeito à deliberação das grandes decisões concernentes à relação entre língua e sociedade, enquanto o planejamento linguístico refere-se à implementação da política linguística.

Dentro desta temática, para realizar a pesquisa apresentada, foram realizados dois procedimentos complementares de pesquisa: a) o levantamento da legislação que rege o ensino de LEM na escola de Educação Básica, oriundas das esferas Federal e Estadual; b) e o levantamento das pesquisas realizadas sobre política e planejamento linguístico no Brasil entre os anos de 2007 e 2011 que constavam no banco de teses e dissertações da CAPES⁴.

O primeiro procedimento visava compor um inventário das legislações brasileiras que norteiam o ensino de LEM a fim de melhor compreendê-las, traçando paralelos entre as mesmas. Assim, por meio da análise documental de base crítico-interpretativista, o levantamento documental teve início a partir da legislação referente à esfera Federal. Para tanto, por meio do site do Ministério da Educação e Cultura (MEC), acessamos os seguintes documentos: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - 9.394/96,); a Lei 11.161/05 que dispõe sobre o ensino de língua

¹ Graduanda em Letras-Inglês pela UNEB. Bolsista FAPESB.

² Graduanda em Letras-Inglês pela UNEB. Bolsista FAPESB.

³ Professora assistente da UTFPR-PB. Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina.

⁴ <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>

espanhola; os volumes sobre o ensino de LE M dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio (PCNEF e PCNEM); bem como as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCEM).

Por meio dos sites oficiais dos governos estaduais e também com o auxílio da ferramenta de busca Google, no período de janeiro a março de 2013, realizamos o levantamento dos documentos das esferas estaduais. Nesta etapa, dos 27 estados da federação, 13 apresentam documentos que tratam do ensino de LEM. Destes, estabelecemos como critério de análise o documento mais recente de cada região.

Para analisar estes documentos utilizamos as contribuições da Abordagem do Ciclo de Políticas – ACP (BOWE et al,1992; BALL, 1994, apud MAINARDES, 2006), principalmente no que se refere aos contextos de influência e de produção de textos. O primeiro diz respeito aos diversos grupos constroem os seus discursos e entram em embate a fim de influenciar a definição das políticas de seus interesses, de modo que tais discursos servem de base para a formulação de uma política; já o segundo é aquele em que são produzidos os textos que indicam, regulamentam e normatizam a política pretendida (MAINARDES, 2006 e SACHS, 2011).

Para fazer o levantamento bibliográfico, utilizamos os procedimentos propostos por Reis (2008). Delimitamos o termo Políticas Linguísticas, sem aspas, como nossas palavras-chaves para busca pelos resumos de teses e dissertações no banco da CAPES. O resultado foi de 990 resumos cadastrados. Deste total, selecionamos os trabalhos consideramos mais recentes, dos últimos cinco anos (2007-2011). Com este recorte, realizamos a leitura dos resumos e selecionamos aqueles considerados mais relevantes para nosso estudo, de modo que restringimos-nos ao total de 26 textos.

Considerando este total, para realizar a leitura e análise de pesquisas na íntegra – tese ou dissertação - delimitamos como critério a seleção de um trabalho por ano do período que compreendeu o levantamento, o que resulta num *corpus* de 5 pesquisas. A partir destes trabalhos completos, foi possível traçar algumas relações entre os estudos sobre políticas linguísticas da atualidade no Brasil, conforme indicaremos na próxima seção.

Fundamentação Teórica ou Discussões

A partir dos cinco trabalhos analisados na íntegra (CUNHA, 2007; PINHEIRO, 2008; ESPIRITO-SANTO, 2009; JANTUTA, 2010 e SACHS, 2011), podemos evidenciar que os pesquisadores voltam suas discussões aos aspectos culturais, sociais e históricos relativos ao ensino de LEM. A pesquisa de Cunha (2007) investiga, a partir professores formadores e em formação, as representações da Língua Inglesa LI e de identificações que afetam o ensino dessa língua a construção de sentido sobre a mesma. Já Pinheiro (2008) apresenta bases teóricas para uma política linguística adequada à situação de bilinguismo do grupo ítalo-descendente de Caxias do Sul, RS. A pesquisa de Espírito-Santo (2009) investiga a situação linguística na fronteira Brasil/Guiana Francesa, discutindo os resultados obtidos frente à política linguística de ensino de línguas estrangeiras estabelecidas no Brasil. A dissertação de Jantuta (2010) analisa os efeitos das ações de políticas educacionais públicas voltadas para o ensino de espanhol, no contexto de políticas linguísticas vinculado a uma linha de pesquisa que relaciona língua, sujeito e história. Por fim, a pesquisa de Sachs (2011), também relacionada ao ensino de espanhol, faz uma análise da obrigatoriedade da oferta da língua espanhola no Brasil visto a partir da abordagem do ciclo de políticas (BALL, 1994; MAINARDES,

2006), apresentando pontos de contrariedade tanto no contexto de influência quanto de produção de textos.

No que se refere à compreensão dos documentos que norteiam o ensino de LEM no Brasil, a partir da contribuição da Abordagem do Ciclo de Políticas, podemos evidenciar algumas relações entre os textos. Os documentos de Sergipe (SE), Mato Grosso (MT), bem como de Rondônia (RO) fazem referência à Lei 11.161/05 relacionando-a com o ensino de espanhol para o contexto específico desses estados, posto que tanto o MT quanto RO fazem fronteira com a Bolívia e este é, portanto, um aspecto característico do contexto de influência que pode implicar para o ensino de línguas nessas localidades. Dentro deste mesmo aspecto, os documentos destes três estados em questão fazem menção ao Mercosul. Como um exemplo de concordância com os PCNs é possível enfatizar os referenciais do SE, do Rio Grande do Sul (RS), do MT e do Rio de Janeiro (RJ), os quais abordam a ideia do ensino de LE relacionado aos conhecimentos de língua materna. Já a noção de formação do cidadão e exercício da cidadania para o ensino de LEM tratada nos PCNs e nas OCEM está também nos referenciais do RS, RO e do RJ. Considerando o multiletramento e a questão das variantes da língua espanhola são abordados pelos documentos do MT e RO.

No ao contexto de influência, diversos aspectos foram comparados entre os documentos, tais como a questão do ensino voltado para o mercado de trabalho e outras características do ensino de LEM em tempos de globalização e neoliberalismo, relacionando-se com as ideias de autores como Fogaça e Gimenez (2007) e Heller (2010). Além disso, é possível destacar alguns diferenciais observados nos documentos analisados. As Orientações Curriculares do MT e o Referencial Curricular SE, por exemplo, abordam a concepção do uso de diferentes recursos didáticos para o ensino de LE, especialmente as novas tecnologias, enquanto os documentos do MT e do RS problematizam o papel do professor e o uso do livro didático. Por fim, o referencial do RS apresenta dois aspectos de destaque: o uso do termo “Línguas Adicionais”, o qual tem sido utilizado como uma reformulação e substituição do termo LEM; e à perspectiva de ensino de línguas como educação linguística.

Considerações Finais

No que se refere ao levantamento legislações voltadas para o ensino de LEM, destacamos que é de grande relevância que os Estados criem suas próprias diretrizes educacionais a partir do que está estabelecido nos documentos nacionais. Entretanto, apesar das contribuições apresentadas pelos documentos analisados, podemos nos questionar sobre os modos como estes podem ou não estar contribuindo para a contextualização do ensino LEM no que se refere às especificidades dos diferentes contextos escolares, uma vez que não se pode negar que o Brasil é um país repleto de diversidades. Os PCNs e a LDB, por exemplo, tratam de contextos muito amplos, por isso os documentos das esferas estaduais podem contribuir para uma melhor contextualizar do ensino.

Assim, apontamos a importância de o professor conhecer os textos tidos como oficiais e das pesquisas desenvolvidas em sua área de atuação, pois estes podem direcionar/influenciar o seu trabalho. Em uma perspectiva crítica e reflexiva de formação de professores, a interpretação destes documentos, no contexto da prática das políticas, e do conhecimento produzido a partir dos estudos é fundamental, uma vez que esta prática pode desvelar de aspectos políticos e ideológicos que norteiam o nosso trabalho.

Referências

- CALVET, L.J. *As Políticas Linguísticas*. São Paulo: Parábola Editoria, 2007.
- CUNHA, E. G. *Formação de professores de língua inglesa em um curso de licenciatura: processos identitários*. 2007. 179p. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – Minas Gerais. 2007.
- ESPIRITO-SANTO, M. M. *De Oiapoque a Saint-Georges: uma pesquisa sociolinguística em meio escolar na fronteira Brasil-Guiana Francesa*. 2009. 104p. Dissertação (Mestrado em Letras), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2009.
- FOGAÇA, F. C; GIMENEZ, T. N. O ensino de línguas estrangeiras e a sociedade. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 7, n. 1, p. 161-182, 2007.
- HELLER, M. The Commodification of Language. *Annual Review of Anthropology*, Canadá, v. 39. p. 101–14, 2010.
- JANTUTA, L. *Política linguística e ensino de línguas no SCMB: enunciados sobre a implantação do espanhol anterior à lei 11.161/05*. 109p. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. 2010.
- MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: Uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n.94, p. 47-69, jan/abr. 2006.
- MATO GROSSO. *Orientações Curriculares: Área de Linguagens: Educação Básica*. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá: SEDUC-MT, 2010. 126 p.
- PINHEIRO, L. S. *Bases conceituais para uma Política Linguística do Português/Italiano nas escolas – Caxias do Sul – RS*. 2008, 106p. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura Regional), Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. 2008.
- RIO DE JANEIRO. *Currículo Mínimo: Língua Estrangeira*. Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, 2012.
- RIO GRANDE DO SUL. *Referenciais Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul: linguagens, códigos e suas tecnologias*. Secretaria de Estado da Educação. Porto Alegre: SE/DP, 2009. v. 1.
- RONDÔNIA. *Referencial Curricular de Rondônia: Ensino Fundamental*. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2013.
- REIS, S. Pesquisa em letramento crítico no Brasil: um levantamento de dissertações e teses de 1987 a 2006. In: DURÃO, A. B. A. B.; ANDRADE, O. G.; REIS, S. (Orgs.). *Reflexões sobre o ensino das línguas estrangeiras*. Londrina: Moriá, 2008, p. 51-83.
- Revista Eletrônica Linguagens e Interfaces – Vol.1, n.1, 2014

SACHS, G. *A obrigatoriedade da oferta de espanhol no ensino médio sob a ótica da abordagem do ciclo de políticas*. 2011 120p. Dissertação (Mestrado em estudos da Linguagem), Universidade Estadual de Londrina, Paraná. 2011.